

CODIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS: a invenção do homem latino

Margarida do Amaral Silva

Mestra em Gestão do Patrimônio Cultural – PUC/GO

Mestranda em Antropologia Social – UFG

Doutoranda em Psicologia – PUC/GO

Pesquisadora bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás - FAPEG

RESUMO: Abre-se espaço para o empreendimento de desconstruções de alguns discursos produzidos sobre aqueles dos quais sua voz sempre foi nula ou irracionalizada no tónus das teorias vigentes sobre grupos subalternos, sejam os codificados pela raça, pelo gênero ou pela posição social. Neste estudo, permite-se o uso da subalternidade racial como perspectiva porque se visa uma revisão parcial de colocações já assentadas a fim de se ampliar a visão da própria idéia de subalternidade, de colônias modernas, da racialização e do sujeito do conhecimento. Cabe destacar que, agora pela perspectiva do colonizado, o homem latino racializado e de subalternidade vigente, em uma América de capitalismo colonial/moderno e eurocentrado¹, desloca-se para nova posição ao adotar uma relação com a produção de discursos sobre si próprio. E este ato interfere em aspectos de legitimidade e legalidade inclusive dos materiais reconhecidos como história oficial das sociedades. Fazem postos outros debates não-emancipatórios, mas abertos à tomada de consciência sobre as contingências impostas pela modernidade, ao homem de colônia forjado em campos de naturalização fenotípica por emblemas como superioridade e inferioridade. Dados estes que outrora se colocavam invisíveis e, por isso, inexistentes nos campos de debate, tendem agora a serem tomados por outra perspectiva, que pode ser articulada a partir da voz dos subalternos.

PALAVRAS-CHAVE: codificação das diferenças, América Latina racializada, perspectiva do subalterno.

¹ Tomando por base colocações assentadas por Quijano (2005), pontua-se que o uso do termo “eurocentrado”, tem em si uma carga que compreende o entendimento de que as estruturas de uma América Latina, mesmo que vista por muitos como (in)existente, estão sedimentadas em terrenos nos quais as relações sociais, continuamente, se configuram como relações de dominação, da mesma forma que as identidades de alguma forma remetem à idéia de hierarquia, lugares ou papéis sociais que instrumentalizaram a classificação básica das populações. Assim, em se expor que espanhóis e portugueses, como “raça dominante” (brancos ou europeus), fundaram a associação de regulação do poder a uma branquitude social com o pressuposto de mando, posição, retribuição salarial e administração colonial, entende-se o critério eurocentramento como desencadeador de codificações para controle do trabalho no novo padrão mundial formulado pelas apropriações territoriais européias, que determinaram uma geografia social do capitalismo.

ABSTRACT: Opens space for new developments of deconstructions of some speeches made on those of which his voice was always zero or irracionalizada the tone of the current theories regarding subordinate groups are those coded by race, gender or social standing by. In this study, allows the use of racial inferiority as a perspective because it aims at a partial review of placements already settled in order to broaden the view of the very idea of subordination in modern colonies, and the racialization of subject knowledge. It is worth mentioning that now from the perspective of the colonized, man and Latin racialized subordination existing in America for a colonial / modern and eurocentered capitalism, moves to new position by adopting a relationship with the production of discourses about himself. And this act interferes with aspects of legitimacy and even legality of materials recognized as official history of societies. They put other debates non-emancipatory, but open to the awareness of the constraints imposed by modernity, the human colony forged in fields such as badges for naturalization phenotypic superiority and inferiority. Data that once they placed themselves invisible and therefore non-existent in the fields of discussion, now tend to be taken from another perspective, which can be articulated from the voice of the subalterns.

KEY-WORDS: voding differences, Latin America racialized, perspective subordinate.

Introdução

A constituição da América, como um processo, designou um formato diferenciado tanto para relações de poder, quanto para os ditos padrões que configuram as relações sociais. A codificação das diferenças, por sua vez, articulou recursos que desencadearam a construção de um espaço/tempo, por assim dizer, no qual a classificação da população subsidiou as mais complexas implicações, com ênfase para a referência aos povos categorizados como latino-americanos.

Considera-se que a cena é que intercambia as relações daqueles aos quais consideramos “atores de um drama histórico da nação, dos estados nacionais ou dos grupos de interesse” (SEGATO, 2007: 39). Nesse sentido, a América Latina como cenário de invenção sócio-histórica de outros indivíduos, integrantes de grupos ou alteridades, é tomada agora como o lugar e o tempo em que se esteve (e ainda está) administrada a etnicidade, principalmente, por meio do complexo fenômeno de invenção racial.

Pela outorga baseada na idéia de raça - que somente se consolidou como a concebemos, no século XIX -, fundou-se a América, estando esta enredada às relações de

dominação impostas pela conquista que não cessa de chegar. Formas de controle, de produção e de servidão, via de regra, sedimentaram deliberadamente um novo padrão global, muito bem articulado, de controle pelo trabalho, que serviu de mediador do lugar social pelas escalas de subordinação a uma totalidade mantenedora de (des)continuidades nos padrões de poder.

Seja como fruto de condições de dominação, impostas pela conquista, ou como herdeira da expansão colonialista/moderna, a América Latina sempre será evidenciada enquanto forma, lugar, tempo e instrumento que intercambia a idéia de “povos conquistados e dominados”, numa situação de naturalização. Fenótipos e codificações, em larga medida, converteram-se no critério fundamental para relegar papéis à sociedade classificada como latina. Em outras palavras, o emblema racial passou a sinalizar, sobretudo, o “devido lugar” por sistemas de dominação – trabalho, produtos, identidades, apropriação, distribuição, escravidão, colonialidade, modernidade, relações sociais, poder, América Latina.

Por Quijano (2005: 230), fica evidenciado que a classificação racial e “*a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos*”. E em um esboço de colonialidade, que não escapou à modernidade, a América passou a ser ilustrativa da colonização que recorria, grosso modo, ao preceito social racista para explicar até mesmo o poder capitalista mundial.

Nesse contexto, a colonialidade-modernidade culminou, até mesmo, na distribuição geopolítica, em escala mundial, de forma integradas de controle/relações. Trata-se de dizer que vive-se, por consequência, em uma geografia social, ainda hoje, eurocentrada. Assim, fica nítido o porquê, já no que se chama de “atualidade”, que as posições de identidade e a idéia de preservação de tradições e/ou costumes, por exemplo, também trazem à tona uma gama não-neutral (ideológica ou não-gratuita) de processos simbólicos que mediam o universo que abriga a codificação das diferenças.

Numa configuração tal de América, cabe pensar, então, nas perspectivas analíticas para tal cena. E, dessa maneira, há de se pontuar a existência de uma linha tênue entre colonialidade e subalternidade, modernidade e diferenças, a qual designa a emergência de atores (codificados, racializados, inventados), no âmbito de símbolos e formas sócio-históricas concedidas ao espaço/tempo latino. Existe, mesmo que de modo restrito, a possibilidade de se adotar a subalternidade como perspectiva, juntamente ao compêndio que o termo evoca, de forma deslocar o foco para as colocações assentadas por discursos (re)produzidos.

América Latina: colonialidade, modernidade e raça

Referir-se aos processos tradicionais, ou à sobrevivência de costumes, há muito, tem sido vinculado ao que se poderia categorizar como pensamento pré-moderno. O começo da modernidade tende, até mesmo, a construir a noção de diáspora e hibridização para designar misturas interculturais propriamente modernas, dentre as quais há Estados nacionais integrados e indústrias culturais. Canclini (2003) acentua que por isso chegou-se a discutir os vínculos e desacordos entre modernidade, modernização e modernismo, assim como as dúvidas de que a *América Latina*, como exemplo de território colonial, seria ou não um continente moderno.

A categoria histórica, chamada de América Latina, ainda é processo inacabado de constituição de uma identidade histórica específica. O próprio nome de América Latina ainda não deixou de ser uma marca, às vezes uma cicatriz, das disputas coloniais intereuropéias sobre nossa existência social e sobre nossos recursos (QUIJANO, 1992: 75).

Em vista disso, a colonialidade latina ressurgiu nesse debate como expressão de um padrão de poder composto pela classificação social, no qual a codificação de diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, fundou elementos para a situação de distinção e inferiorização. Desde o surgimento do discurso racial especializado, em inícios do século XIX, a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos não fez mais que polarizar a colonialidade do poder.

O final do século XVIII representa, dessa forma, o prolongamento de um debate ainda não resolvido. Prevalcia, porém, certo otimismo próprio da tradição igualitária que vinha da Revolução Francesa e que tendeu a considerar os diversos grupos como “povos”, “nações” e jamais como raças diferentes em sua origem e conformação (Stocking, 1968: 28). Com efeito, o termo *raça* é introduzido mais especificamente em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Esboçava-se um projeto marcado pela diferença de atitude entre os cronistas do século XVI e o naturalista do século XIX, “a quem não cabia apenas narrar, como classificar, ordenar, organizar tudo o que se encontra pelo caminho” (Sussekind, 1990: 45). Delineia-se a partir de uma reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual centrava-se na idéia de raça (SCHWARCZ, 1993: 47).

Reforçou-se que “o colonizado”, como categoria, confina a expressão de servilismo e auto-compaixão, incluindo classes subjulgadas e oprimidas, minorias nacionais e povos secundarizados (SAID, 1996). Em contextos como a América Latina colonial/moderna, que é um exemplo de codificação de diferenças e esboços de subalternidade, o determinismo geográfico e racial tomaram força.

À luz de processos de colonização e de modernização, ambos como compondo uma unidade, tem-se que os modelos deterministas foram bastante populares, e culminaram na invenção de “tipos humanos”, configurados pela racialização e por esboços de subalternidade. Portanto, é importante dizer que “a ‘percepção’ da diferença é antiga, mas sua ‘naturalização’ é recente” (SCHWARCZ, 1993: 64). E esse “naturalizar as diferenças” e a “emergência da raça”, que entrou em vigência no século XIX, transformou-se em projeto teórico universal e globalizante, e que viria a interferir na formulação de modelos raciais.

No que diz respeito à América Latina, esta classificação social, pela idéia de raça, provou ser constitutivo de um novo padrão de poder. O espanhol, o português, e mais tarde o europeu e o americano, passaram a ser mais do que indicativos de procedência. Houve uma nova relação com as novas identidades pela conotação racial.

Para Quijano (2005: 227), a “*América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo, como a primeira id-entidade da modernidade*”². E a idéia de raça, em larga medida, emergiu como uma das estratégias do capitalismo e coloca a dimensão da raça, da racialização e do racismo, como um instrumento de produção de relação de dominação, mobilizado pelo capitalismo. Mas, de outra forma, também se pode dizer, conforme Moore (2007: 95), que “*a visão raciológica ganharia ainda espaços maiores com os imperialismos*”.

Põe-se em destaque que todo esse acidentado processo, vinculado ao continente latino, em particular, implicou a longo prazo numa “*colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo: em suma, da cultura*” (QUIJANO, 2005: 232).

Pensando que na definição de colonialidade do poder e capitalismo mundial, tiveram fundamental importância as novas posições de identidades históricas, entende-se porque, somente tardiamente, a América Latina adentra aos discursos que refletiram ou problematizavam o colonial e o moderno, emparelhados ao padrão de naturalização das

² Seguindo linhas de debate margeadas por estudos da subalternidade, estudos pós-coloniais, estudos culturais, multiculturalismo, dentre outros, toma-se a América Latina nesta reflexão tão somente como linha de base para se repensar a codificação de diferenças por processos de racialização colonial/moderna.

diferenças eurocentrado. É isso provavelmente se deve ao fato, ressaltado por Schwarcz, (1993: 64), de que o discurso racial surgia como “*variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça*”.

Seguindo esta linha, de modo geral, somente em fins do século XX, a colonialidade e a modernidade, e a conseqüente codificação das diferenças, se movimentaram no sentido de serem julgadas a partir do pensamento pós-moderno ou por premissas que Giddens (1991), em particular, coloca para reexaminar prerrogativas sobre os chamados “*desenvolvimento e modernidade*”, acentuando os terrenos que abrangem o que viria a ser a globalização. De fato, o que se tem discursivamente é que uma dita pós-modernidade não encerrou a modernidade, já que problemáticas mundiais acentuam-se, ainda hoje, pela existência de binômios como civilizado/selvagem, branco/preto, pobre/rico, europeu/não-europeu, que ainda são representativos de um modo de pensar que não nos permite o afastamento dos dilemas envoltos ao mesmo tempo na colonialidade e na modernidade, tanto das Américas, como das regiões do Oriente e da África análogas ao termo eurocentrismo.

Em vista disso, mesmo sem adentrar profundamente na modernidade e sua versão eurocêntrica, é necessário apresentar algumas versões de modernidade latentes em estudos atuais. Ao se emparelhar a América Latina à colonialidade, à modernidade e à idéia de raça (tomada em um sentido dito como moderno), faz-se possível vislumbrar, mais restritamente, que a formação de relações sociais, fundadas nessas premissas, também produziu uma América com identidades sociais historicamente novas (QUIJANO, 2005). Foram formados, por conotações raciais modernas, índios, negros e mestiços e, na mesma medida, foram redefinidas outras “posições de identidade” e reajustados ou inventados novos procedimentos para gerar a identificação³.

Todavia, o tema não se esgota nesse ponto, pois a base da questão da identidade ainda é a colonialidade das relações entre o europeu e o não-europeu, ou seja, a desigualdade no poder em favor do europeu. Quer se trate de diferenças físicas (*raça, cor*); ou de orientações culturais (*etnicidade, modernidade*) cotidianas, a colonialidade implica, desde seu princípio, que a diferença entre o europeu e o não-europeu é equivalente à desigualdade no poder (QUIJANO, 1992: 73).

³ Neste contexto, tem-se em vista fugir da essencialização do conceito de identidade. Por isso, seguindo o caminho trilhado por Hall (2000), aqui se assume o uso da identificação como processo de articulação, suturação, sobredeterminação, sendo que este jamais será um ajuste completo, de uma totalidade, pois é um termo sujeito à (i)lógica das diferenças.

E nesses terrenos situados numa América colonial/moderna, fala-se por Beck, Giddens e Lash (1997) que já existe a ênfase para configurar uma “segunda modernidade”, mais reflexiva, que potencialmente tende a incluir a pluralidade de tradições diversas ao criarem mercados interculturais mundiais. Mas, também existe uma visão de que no interior de um efeito globalizante da “modernidade tardia”, conforme enfatiza Hall (2006), está destacado que sociedades modernas e tradicionais tendem a se distinguir, conforme a rapidez na reformulação das práticas sociais de uma e de outra. Entretanto, é válido se embrenhar por um outro caminho, no qual a “modernidade de contraponto” da vida contemporânea é proposta como a viagem em “termo de tradução”, na qual se aprende – segundo menciona Clifford (1999: 56) ao se pensar a diáspora e a hibridização – *“muito sobre os povos, sobre as culturas, própria, o suficiente para começar a perceber o que se está perdendo”*.

Assim, em todos os casos, seja com a “segunda modernidade”, a “modernidade tardia, ou a “modernidade do contraponto”, surgem lugares de dilemas, nos quais não se sabe se, pela perspectiva do racializado/colonizado latino, tais extratos supracitados da modernidade sobreviveriam. Afinal, é importante questionar: quem reflete a segunda modernidade? A modernidade é tardia para o colonizador ou para o colonizado? E, sobretudo, a partir dos termos de tradução de uma modernidade do contraponto, quem faz a viagem e *traduz* os racializados/colonizados?

Enxergar o mundo como terra estrangeira, por um lado, permite um certo conforto de visão/apreciação, amparada na modernidade, pois se trata de uma maneira de outorgar, principalmente pelas idéias de raça e diferença, as relações de dominação impostas pela conquista. Mas, por outra vertente, posicionar-se diante de um mundo que é terra pátria, dentro da qual se observa codificado por cores e fenótipos, compõe nova mirada interpretativa que, apesar de não fugir das incertezas, pode reconstruir-se a si própria. É uma outra imagem invertida no espelho, porém, complementa muitos sentidos de mundo que já foram ajustados à modernidade (in)existente, e merecem ser revistos ou reajustados aos alcances de posições de subalternidade racial, por exemplo.

O poema *Traduzir-se*, de Ferreira Gullar, musicado por Raimundo Fagner, foi utilizado por Canclini (2003: 39-40) para ascender à idéia de que a arte e a cultura são tarefas de tradução *“do que dentro de nós e entre nós permanece desmembrado, beligerante ou incompreensível, ou quiçá chegue a hibridar-se”*.

Uma parte de mim é todo mundo
Outra parte é ninguém, fundo sem fundo

Uma parte de mim é multidão
Outra parte estranheza e solidão

Uma parte de mim pesa, pondera
Outra parte delira

Uma parte de mim almoça e janta
Outra parte se sabe de repente

Uma parte de mim é só vertigem
Outra parte linguagem

Traduzir uma parte na outra parte
Que é uma questão de vida e morte
Será arte?

Contudo, mesmo o “traduzir-se” tende a envolver uma série de pontos problemáticos. Said (2007: 458) alerta que qualquer discurso moderno (ou composto à luz da modernidade), ainda assim será corretamente percebido como “*um discurso de poder que se origina de uma era de colonialismo*”. Neste sentido, Chatterjee (1993) deixa posto que até mesmo aquele que clama por identidade e preservação normativa de costumes, ainda assim, exalta o que está presumido pelas instituições modernas de poder, afinal, o que os sistemas simbólicos suscitam é uma integração fictícia da sociedade em seu conjunto.

“Como é que se pode ser persa?” A ironia da pergunta traz em si a evidência da resposta: “Tu és outro!” Como nas comédias clássicas, a surpresa recíproca conduz ao reconhecimento: o homem é aquele que eu sou, aquele que vive comigo e como eu e, no entanto, é também o outro, por mais diferente de mim que possa ser. Este reconhecimento, que a experiência, mais do que a própria razão, impõe, e que a própria violência racista não pode apagar – porque implica a confissão contra a qual ela própria se rebela – constitui apenas um ponto de partida: fica por determinar o sentido deste “também”, de maneira a dar conta, ao mesmo tempo, da diferença que supõe e da semelhança que afirma entre os homens. A descoberta da alteridade é a descoberta de uma relação, não de uma barreira. Pode confundir as perspectivas, mas alarga os horizontes (LÉVI-STRAUSS, 2003: 71).

Por isso, vale fazer uma ressalva ao fato de que, desde Marx e Engels (1973: 70), foram pontuados aspectos característicos da modernidade: a incerteza, os movimentos eternos, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais. Ou seja, em quaisquer perspectivas humanas, enredadas tanto em caminhos da tradição como da modernização, ou por perspectivas do colonizador e do colonizado, sempre constarão “relações fixas e

congeladas que são dissolvidas, e relações recém-formadas que envelhecem antes de poderem ossificar, pois tudo que é sólido se desmancha no ar”.

A subalternidade racial como perspectiva

Permitir-se ao uso da subalternidade racial como perspectiva, por um lado, prima por rever colocações assentadas, e ampliar a visão da própria *subalternidade*, de *colônias modernas*, da *racialização* e do *sujeito do conhecimento*. Finalmente, há de tornar perceptível que “*grupos e classes subalternas são sujeitos de suas próprias histórias*” (DAS, 2002: 281). Por aí, abre-se espaço para o empreendimento de desconstruções⁴, essencialmente cuidadosas, de como foram construídos os discursos, em especial, sobre a perspectiva daqueles aos quais a voz sempre foi nula ou irracionalizada no tônio das teorias vigentes sobre grupos subalternos, sejam os codificados pela raça, pelo gênero ou pela posição social.

Pela perspectiva do colonizado, o homem latino racializado - como exemplo de subalternidade vigente em uma América de capitalismo colonial/moderno e eurocentrado -, desloca-se para nova posição, ao adotar uma relação com a produção de discursos sobre sua própria cultura. E este ato interfere, diretamente, em aspectos de legitimidade e legalidade inclusive dos materiais reconhecidos como história oficial das sociedades. Fazem postos outros debates não-emancipatórios, mas abertos à tomada de consciência sobre as contingências impostas pela modernidade, ao homem de colônia forjado em campos de naturalização fenotípica por emblemas como superioridade e inferioridade. Dados estes que outrora se colocavam invisíveis e, por isso, inexistentes nos campos de debate, tendem agora a serem tomados por outra perspectiva, articulada a partir da voz dos subalternos.

Ainda que em meio à instabilidade e maleabilidade dos discursos, o homem latino está finalmente compelido a se enxergar (pelo olhar do colonizado e racializado), seja por uma perspectiva clássica, moderna ou pós-moderna, através da leitura de instrumentos usados para a sua integração social: os símbolos. Lê-se em Bourdieu (2004: 10) que estes tornam possível “o ‘*consensus*’ acerca do sentido do mundo social que contribui profundamente para a reprodução da ordem social, pois a integração lógica é a condição de integração moral”.

⁴ O uso, nesta reflexão, deste postulado de Jacques Derrida, derivado do termo “desconstrutivismo”, nesta reflexão, relaciona-se bem mais ao uso teórico do mesmo feito por Gayatri C. Spivak (2003), em *¿Puede falar el subalterno?*, no qual há um realidade estrutural movediça, que não requer garantias de critérios fixos para impor-se como realidade. O “ser e não ser” das coisas retrata, tão somente, um processo permanente de atravessamentos, possibilidades e mudanças chamado desconstrução.

Pela tentativa de “decodificação” de seus próprios símbolos, o subalterno pode visualizar que a integração e a distinção sempre são agregadas ao sentido que quaisquer sociedades modernas e/ou tradicionais venham a assumir. Em todos os contextos sociais e em quaisquer tempos, Bourdieu (2004:11) afirma que haverá efeitos ideológicos produzidos “*pela cultura que une (intermédio de comunicação), e pela cultura que separa (instrumento de distinção), e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como ‘subculturas’) a definirem-se pela distância em relação à cultura dominante*”.

Mais restritamente, no que se refere à América Latina inventada a partir da codificação de diferenças, principalmente raciais, ainda hoje a vemos situada entre problemáticas e/ou articulações que a modernidade estabeleceu com as tradições que ela mesma tentou excluir ou superar. O homem latino, não diferentemente de outros representantes de sociedades coloniais, sempre esteve situado em meio às narrativas históricas de modernidade que supostamente vieram a constituir “*o estado colonial como regime moderno de poder*”. Chatterjee (1993), neste tocante, deixa posto que até mesmo aquele que clama por identidade e preservação normativa de costumes, ainda assim, exalta o que está presumido pelas instituições modernas de poder, afinal, o que os sistemas simbólicos suscitam é uma integração fictícia da sociedade em seu conjunto.

Entretanto, seja pela pluralidade de abordagens ou pelo caráter assumido pela modernidade, o que se enfatiza aqui é uma América Latina racializada, com latência ao estigma da colônia, na qual as tradições ainda não se foram assim como a modernidade não cessa de chegar. Se a modernidade como emancipação do homem latino ainda não é acessível, a tradição, por hora, preenche a necessidade de construção da lacuna separatória entre nações e grupos étnicos/sociais, porque de um modo ou de outro – com o tradicional ou o moderno -, os desencontros e intersecções renovam a utopia do por vir, movidas pelas implicações da colonialidade do poder.

Pela perspectiva do colonizado – do subalterno racializado ou do homem latino – o que se tem pela via da tradição ou da modernização, também são matrizes geradoras “*que regulam a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação*” (ŽIŽEK, 1994: 7). A tal status relacional chamamos de ideologias. E quando se trata de uma posição eminentemente ideológica, é evidente que não existe um lugar neutro, de onde seja possível se estabelecer dentro da totalidade social sem uma posição sobredeterminada.

Pela percepção do colonizado, também não é possível fugir ao posicionamento das observações/interpretações/subjetividades, a ponto de se determinar a verdadeira situação.

Não é “*só alugar um helicóptero e fotografar a aldeia de cima, pois desse modo obtém-se uma visão distorcida da realidade, perdendo completamente de vista o real antagonismo social*” (Žižek, 1994: 31). Se a emancipação, pela modernidade, define uma dissimulação reveladora e libertadora de si, o não-antagonismo e a harmonia não seriam reveladores da América Latina “real” e sobredeterminada.

Então, provavelmente a percepção de que existem, conforme apontou Segato (2007: 94), “*dois tipos de pátria, duas formas de sentir e evocar o território próprio da geografia e da cultura*”, talvez se posicionasse um tanto “mais emancipatória” quando se enreda o homem latino racializado numa “modernidade tradicional” ou numa “tradição moderna” que não cessa de se contrair e se expandir. A América Latina, assim, sempre será reinício de todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas, que abarca um complexo sistema-mundo dentro do qual o homem latino foi inventado e se mantém como a maior mentira conceitual da colonialidade e da modernidade. Afinal, o espaço/tempo designado como latino sempre foi um período histórico inteiro.

Por isso, é sabido que também o homem latino, inventado à luz da codificação de diferenças, numa colonialidade/modernidade que não se extingue, sempre estará em posição paradoxal, gerada pela caracterização ideológica, do ponto de vista histórico e comparativo, seja qual for o extrato social em que este se emerge. É preciso dizer, mesmo diante disso, que há a possibilidade não-emancipatória de realocação das perspectivas do colonizado que, finalmente, pode se integrar, por questionamentos e elucubrações, aos símbolos de sua existência.

Há a realoção de uma gama de possibilidade para a subalternidade racial como perspectiva, porque ao se integrar aos símbolos de sua existência, os quais codificam diferenças-semelhanças, homogeneidades-heterogeneidade, continuidades-descontinuidades, surgem novas possibilidades para que o homem latino, como um exemplo de caso, se veja sob outras vertentes, mesmo invertidas no espelho. Segundo aponta Sevcenko (1996: 144), há caminhos para se reavaliar “*esse quadro de valores simbólicos e as convenções representacionais articuladas pela mediação da alegoria, que é como funciona todo o nosso processo de simbolização dentro da cultura a que pertencemos*”.

E, *um dia*, ao codificar e decodificar seus símbolos, surge a possibilidade de experimentalibilidade parcial daquilo que já não se é, e do que não se pode alcançar. Desse lugar não-neutral, emerge então o senso comum ou a parcialidade não-emancipadora,

certamente ligada à codificação das diferenças pela idéia de raça, e àquilo que se perdeu (ou talvez se ganhou) pelo caminho da “latinidade”.

Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich; GIDDENS, ANTHONY; Lash, Scott. *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHATTERJEE, Partha. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

CLIFFORD, James. *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

DAS, Veena. La subalternidade como perspectiva. In: Cusicanqui e Barragán (orgs.). *Debates post coloniales: una introducion de la subalternidad*. La Paz, Bolívia: SIERPE, 2002, p. 279-292.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-132.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto. Revolutions of 1848*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazz Edições, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. *Estudos Avançados* [On line], 6, 16, 1992, p. 73-80.

SAID, Edward. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. W. Representar al colonizado: los interlocutores de la antropología. In: Beatriz González Stephan (org.). *Cultura y tercer mundo: cambios en el saber académico*. Caracas, Venezuela: Nueva Sociedad, 1996, p. 23-59.

SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa em tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. As alegorias da experiência marítima e a construção do europocentrismo. In: Lilia Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiroz (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Estação Ciência, 1996, p. 113-145.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. ¿Puede falar el subalterno?. *Revista Colombiana de Antropología*, 39, enero-diciembre, 2005, p. 297-364.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: Slavoj Žižek et al. (orgs.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994, p. 7-38.

Recebido em: 04/04/2010

Aprovado em: 15/04/2010